

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE  
OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR  
ATA DA 71ª REUNIÃO**

Data: 28 e 29 de maio de 2009

Local: 28/05 - sala, T-13 e 29/05 - sala, S-1, ambas do ed. Marie Prendi Cruz,  
localizado na SEPN 505 (W2 Norte), Lote 2 - Brasília/DF.

**REPRESENTANTES:**

- Ministério da Integração Nacional: ausente
- Ministério do Meio Ambiente - ANA: Luciano Meneses Cardoso da Silva (lmeneses@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente - SRHU: Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)
- Ministério das Minas e Energia: ausente
- Conselhos Estaduais - PR/MT: Ellen Kenia Kuntze Pantoja (ellenpantoja@sema.mt.gov.br)
- Conselhos Estaduais - MG/ES: Flávia Pitanga Calil Salim (flaviasalim@hotmail.com)
- Conselhos Estaduais - SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais - DF/GO: Diógenes Mortari (diogenes.mortari@adasa.df.gov.br)
- Conselhos Estaduais - CE/BA: Luiz Henrique Pinheiro Silva (luiz.pinheiro@inga.ba.gov.br)
- Conselhos Estaduais - AL/RN: Vera Maria Lucas Ribeiro (veraribeiro1@hotmail.com)
- Conselhos Estaduais - PE/PB: ausente
- Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Pedro Luis Franco (pedrolpf@sanepar.com.br)
- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Oscar Braz Pion (pion@emae.sp.gov.br)
- Indústria: Luiz Cláudio C. Figueiredo (luiz.castro.figueiredo@vale.com)
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: João Carlos de Freitas Silva (bpg-pgr@daee.sp.gov.br)
- Organizações não Governamentais: Cláudio Bedran (contato@planetaverde.org.br)
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Tânia Lúcia Graf de Miranda (tania.miranda@lactec.org.br)

**DEMAIS PRESENTES:**

- Alexander Gonçalves da Silva (CEMIG/ABRAGE / MG) - (ags@cemig.com.br)
- Célia Regina Buono Palis Poeta (SMA / SP) - (celiap@cetesbnet.sp.gov.br)
- Christine Lombardo (Petrobrás / RJ) - (christinelcp@petrobras.com.br)
- Christiano Lemos de Moraes Brandão (SEMAD / MG) - (christianobrandao@meioambiente.mg.gov.br)
- Diândria Daia (ELABORE) - (diandriadaia@gmail.com)
- Eduardo Dantas (CEDAE / RJ) - (eduardodantas@cedae.rj.gov.br)
- Emílio Trevisan (SUDERSA / PR) - emiliotrevisan@sudersa.pr.gov.br)
- João Ferreira Neto (SRHU/MMA) - (joao.neto@mma.gov.br)
- Luciana de Paiva Luquez (CNA / DF) - (luciana.luquez@cna.org.br)

- Luciane Rodrigues Lourenço (SRHU/MMA) – (luciane.lourenco@mma.gov.br)
- Luiza Ramos Caetano (ELABORE) – (luisa.caetano@elabore.com.br)
- Marília Carvalho de Melo (IGAM / MG) – (marilia.melo@meioambiente.mg.gov.br)
- Nathalia Araújo (ELABORE) – (nathalia.araujo@elabore.com.br)
- Oro Serruya (CISA / AM) – (oro@terra.com.br)
- Paulo Cesar Germano (CORSAN / RS) – (paulo.germano@corsan.com.br)
- Rosa Mariette O. Geissler (IPAAM / AM) – (geissler@ipaam.am.gov.br)
- Sebastião Vainer Bosquilia (CBH – PCJ / SP) – (sbosquilia@sp.gov.br)

**RELATORIA CTPOAR:**

Raquel Scalia Alves Ferreira (SRHU/MMA) - raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

Às 13h30 do dia 28 de maio de dois mil e nove, procedeu-se à abertura da 71ª Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR, passando direto para o item 2. [Item 2 – Informes sobre a VII Reunião dos Presidentes das Câmaras Técnicas do CNRH e a XXI Reunião Ordinária do CNRH](#). Nesse momento foi apresentada tabela contendo os temas priorizados pelo Plenário do CNRH para 2009, durante sua XXI Reunião Ordinária, ocorrida nos dias 25 e 26 de maio (Anexo 1). Os temas priorizados para a CTPOAR foram: 1 - Implementação do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos; 2 - Implementação do Sistema Nacional de Informação sobre Recurso Hídricos, de forma integrada; 3 - Proposta de resolução que “Dispõe sobre procedimentos gerais para manifestação prévia e outorga de direito de uso de recursos hídricos para fins de diluição de efluentes líquidos ou gasosos, tratados ou não, em corpos de água superficiais; 4 - Proposta de resolução que "Estabelece diretrizes gerais para a definição de vazões mínimas remanescentes"; e 5 - Indicadores para a avaliação da implementação e rediscussão dos instrumentos de gestão como a cobrança, a outorga e o enquadramento dos corpos de água. Após apresentação os membros da CTPOAR questionaram a competência legal da Câmara Técnica para tratar dos temas 1 e 2, haja vista a competência da ANA sobre as matérias, conforme Lei nº 9.984, de 2000. Diante das dúvidas, como encaminhamento, acordaram por convidar representantes da ANA para a discussão desses dois tópicos. Alguns membros ainda ratificaram a importância de discutir outros temas encaminhados ao Plenário pela CTPOAR, alterando a priorização do mesmo. Ainda foi esclarecido que no final do ano a CTPOAR teria que encaminhar algo referente a todos os itens explicando a evolução das discussões e que quanto aos itens 1 e 2, provavelmente, seria um plano de trabalho, mas que haveriam dúvidas quanto à conclusão e a necessidade de deliberações. Quanto os resultados da VII Reunião de Presidentes, realizada na manhã do dia 28 de maio, foi informado sobre o andamento da revisão do Regimento Interno, com destaque para os itens referentes as formas de deliberação, com a possibilidade de inserção de mais uma forma; os procedimentos de encaminhamento dos pedidos de vista; as despesas de viagens e a celeridade na prestação de contas; o formato adotado nas atas, que seriam simplificadas, e que no máximo, considerando as restrições orçamentárias, poderiam ser gravadas, após conclusão de processo de licitação. Também comentaram sobre a Oficina de Planejamento do SINGREH, realizada nos dias 26 e 27 de maio, que não atingiu resultado devido a reduzida representação e representatividade, ficando a discussão limitada a definição da missão e da pauta do CNRH. [Item 3 – Aprovação da Ata da 70ª reuniões da CTPOAR](#). A ata foi aprovada com alterações. [Item 4.1 – Análise da proposta de resolução](#). Reiniciaram a análise a partir do documento contendo sugestões

dos representantes da SRHU. A princípio foi feita a leitura completa, onde foram apresentadas sugestões como: uniformização em todo o texto da expressão seção de controle e não ponto de controle; não citação da expressão vazão ecológica; não engessamento de procedimentos, adotando a expressão quando necessário; utilização da expressão corpo hídrico. Ainda persistiram as dúvidas quanto a aplicação dessa proposta de resolução para rios intermitentes. Passou-se para leitura pontual de cada artigo que sofreram ajustes, conforme anexo 2. Os artigos 5º e 6º foram reordenados. Para o art. 5º foi elaborada uma proposta alternativa ficando para próxima reunião a escolha da melhor redação. Ponderaram sobre a necessidade de definição de “alocação negociada”, ficando a decisão para a próxima reunião considerando a decodificação que a expressão já traz. Ainda ficou pendente a elaboração de um artigo que flexibilizasse os procedimentos quando da inexistência da definição de vazão ecológica e o uso das expressões vazão ambiental ou necessidades hídricas ambientais. Finalizando as discussões ratificaram a importância dos procedimentos de outorga e licenciamento serem articulados para a definição da vazão ecológica, pelo seu caráter estratégico e de vontade política para que isso venha a acontecer; e a necessidade de estabelecimento de critérios compatíveis no âmbito de uma bacia hidrográfica. A reunião foi encerrada às 19h10. No dia 29 de maio a reunião foi reiniciada às 9h20. [Item 5 – Continuação da discussão sobre procedimentos para outorga de diluição de lançamento de efluentes.](#) Inicialmente foi feito um resumo de todas as discussões acontecidas até o momento, com destaque para a análise das instruções normativas existentes nos estados da BA, MG e ES. Conforme acordado na última reunião foi dada continuidade as apresentações de estudo de caso de órgãos gestores que já emitem outorga para lançamento de efluente. Assim o ES apresentou uma simulação e disponibilizou a planilha com os cálculos (Anexo 3). A ANA apresentou estudo de caso do ribeirão Saia Velha, cuja eficiência do empreendimento seria de aproximadamente 90% e mesmo assim o corpo hídrico, devido a sua reduzida vazão não suportaria essa carga orgânica (Anexo 4). Todos os casos apresentados apontaram pela necessidade de adequação no enquadramento, para que os órgãos gestores trabalhem de acordo com o art. 13 da Lei nº 9.433, de 1997. Após as apresentações, houveram comentários gerais sobre: a outorga de lançamento de efluentes em áreas estuarinas; as características dos rios intermitentes que não possuem vazão para a diluição/mistura; a possibilidade contaminação de aquíferos quando do lançamento de efluentes em rios intermitentes; o respeito ao enquadramento; os diferentes parâmetros adotados pelos estados nas análises de outorga de lançamento de efluentes, uns mais voltados para coliformes fecais e outros para nutrientes e as dificuldades que a desuniformização traz, considerando os diferentes custos no tratamento do efluentes e adoção de parâmetros significativos para bacia. O intervalo de almoço foi realizado das 12h às 14h17, quando a reunião foi reiniciada no item 5.1 da pauta. [Item 5.1 - Continuação da elaboração da minuta de proposta de resolução que disporá sobre procedimentos gerais para manifestação prévia e outorga de direito de uso de recursos hídrico para fins de diluição de efluentes líquidos ou gasosos, tratados ou não, em corpos de água superficiais.](#) Inicialmente comentaram sobre a aplicação da Resolução CNRH nº 91, de 2008 para as atividades de saneamento, bem como a diferença entre as metas do setor de saneamento e as de recursos hídricos. Passaram a leitura do texto e acordaram que a proposta de resolução deveria apresentar explicações gerais e ser prática. Verificaram a possibilidade de fusão dos artigos 4º e 5º. Acordaram pela inserção de um artigo que indicasse que a outorga de diluição dependerá da vazão de diluição, outro que definisse as informações mínimas existentes no ato de outorga e pela revisão da redação do artigo. 6º. Ainda ponderaram sobre a uniformização dos critérios técnicos/metodologia para determinação da vazão de referência. Foi inserido novo considerando referente a

Resolução CNRH nº 91, de 2008 (Anexo 5). Para próxima reunião foi acordada apresentação sobre a outorga de lançamento de efluentes no Estado do Paraná, sobre outorga em rios intermitentes no Estado do Rio Grande do Norte e a formalização de convite para a ANA apresentar o Sistema Nacional de Informação sobre Recursos Hídricos e o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos, conforme os itens 1 e 2 priorizados pelo Plenário. Quanto aos temas 1 e 2 acordaram também que na próxima reunião os estados presentes comentariam sobre o andamento dessas atividades. A reunião foi encerrada às 16h46, ocasião que foi ratificada a próxima reunião para os dias 29 e 30 de junho, com convocação encaminhada, extraordinariamente, com um mês de antecedência.

Ata aprovada na 72ª reunião, realizada nos dias 29 e 30 de junho de 2009.

**Leila Carvalho Gomes**

Presidente da CTPOAR

**Raquel Scalia Alves Ferreira**

Relatora da CTPOAR